

**Memória e
acontecimento: o golpe
militar de 64 nas
narrativas das revistas
brasileiras**

Memory and happening: the
military coup of 64 in the
narratives of Brazilian
magazines

Memoria y acontecimiento: el
golpe militar de 64 en las
narrativas de las revistas
brasileñas

Marta Regina Maia¹

Caio Macedo Rodrigues Aniceto^{2, 3}

RESUMO

O objetivo deste trabalho é observar a disputa de sentidos entre narrativas jornalísticas do presente acerca dos acontecimentos ocorridos durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil. Verificou-se como a memória foi acionada e ressignificada em reportagens especiais das revistas *Brasileiros*, *Época* e *Veja* durante

¹ Doutora em Ciências da Comunicação - Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Comunicação-Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da UFOP. Coordena o Projeto "Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil" (CNPq). Líder do Grupo "Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais". E-mail: marta@martamaia.pro.br.

² Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto e Bolsista de Iniciação Científica do Projeto "Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil" (PIBIC/CNPq). Membro do Grupo "Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais". E-mail: caio.aniceto@hotmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Rua Diogo de Vasconcelos, 122, Pilar - Ouro Preto, Minas Gerais, CEP 35400-000, Brasil.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p230>

a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964. A abordagem metodológica utilizada foi a análise de conteúdo em associação à análise das narrativas. Constatou-se que o tema "ditadura" é ainda reverberado e retomado pelo jornalismo. Notou-se ainda que as revistas *Época* e *Veja* corroboram a história oficial ao silenciar vozes antagônicas em nome de uma suposta objetividade, ao mesmo tempo em que a *Brasileiros* reflete o processo oscilatório em que se encontra a mídia ao potencializar alguns conflitos em suas páginas.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Acontecimento; Memória; Narrativas Jornalísticas; Revista.

ABSTRACT

This paper aims to observe the dispute of meanings amidst current journalistic narratives regarding the happenings that took place during the civic-military dictatorship in Brazil. The objective was to verify how memory was activated and resignified at special reports published by *Brasileiros*, *Época* and *Veja* magazines during the 50th anniversary of the 1964 coup. Content and narrative analysis were used as methodological approaches. It was found that "dictatorship" as a theme still reverberates and is recaptured by journalism. It was also noticed that *Época* and *Veja* magazines corroborate with official history by silencing antagonistic voices in the name of a supposed objectivity, while *Brasileiros* reflects the oscillatory process in which media finds itself by potentializing some conflicts within its pages.

KEYWORDS: Dictatorship; Happening; Memory; Journalistic Narratives; Magazine.

RESUMEN

El presente trabajo presenta la disputa de sentidos en narrativas periodísticas actuales sobre lo ocurrido durante el periodo de la dictadura cívico-militar de Brasil. En el análisis se presenta como la memoria se acciona o como se reinterpreta la temática en reportajes especiales de las revistas "Brasileiros", "Época" y "Veja", publicadas en el período del aniversario de 50 años el golpe de 1964. La metodología utilizada fue el análisis de contenido en conjunto con el análisis de narrativas. Es posible afirmar que la temática "dictadura" todavía reverbera y se retoma en los medios periodísticos. Las revistas "Época" y "Veja" se presentan desde el punto de vista de la historia oficial, callando voces antagónicas en nombre de una supuesta objetividad; a su vez "Brasileiros" refleja un proceso de oscilación en que se



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, nº 1, Janeiro-Abril. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2016v2n1p230>

encuentran los medios de comunicación brasileño al dar voz a algunos conflictos en sus páginas.

PALABRAS CLAVE: Dictadura; Acontecimiento; Memoria; Narrativas periodísticas; Revista.

Recebido em: 30.11.2015. Aceito em: 17.02.2016. Publicado em: 30.04.2016.

Introdução

A ditadura civil-militar brasileira, com início em 1964, apesar de ter perdurado oficialmente até 15 de março de 1985, engendrou um universo de acontecimentos que ainda permanece inconcluso – desde corpos desaparecidos até crimes ignorados, perdoados pela Lei da Anistia de 1979. São mais de 50 anos de um golpe que, ao menos em sua fase inicial, recebeu amplo apoio de veículos midiáticos, setores conservadores da sociedade e elites oligárquicas que criticavam as políticas públicas do então presidente João Goulart, particularmente as que propunham reformas estruturais na política nacional, como a agrária, a eleitoral e a educacional. A deposição de Goulart, acusado de querer implantar um suposto governo comunista, teria surgido inicialmente como uma mera intervenção até que novas eleições pudessem ser realizadas. No entanto, o golpe trouxe 21 anos de repressão política e cultural sob a sombra do nacionalismo autoritário, do exercício da violência, da tortura, do exílio e da censura.

Vale lembrar que em 1979 o então presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) elaborou o projeto de Lei da Anistia e encaminhou ao Congresso Nacional. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de agosto. Na época, o país contava com apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), com maioria de deputados no Legislativo e principal base de apoio à ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Como a Lei acabou não anistiando todos os presos políticos e ainda beneficiou os militares responsáveis pelos crimes de tortura, morte e desaparecimento de pessoas contrárias ao regime, perdurou, após o fim da ditadura, certo clima de insatisfação, em especial, para os familiares desses perseguidos.

Em que pese processos judiciais acionados por familiares de torturados e desaparecidos no Brasil⁴, a chamada Justiça de Transição somente começa a tomar forma no país a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Oficialmente instaurada em 16 de maio de 2012, ela teve como objetivo apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, tendo concluído suas atividades em dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório final.

Em meio ao turbilhão de sentidos gerado pela criação da CNV e o horizonte de uma provável revisão da Lei da Anistia, também os veículos midiáticos – que, naturalmente, estão inseridos na esfera democrática – construíram suas próprias narrativas acerca do que foi a ditadura militar, como ela ocorreu, quais foram seus resultados e as conclusões de seus acontecimentos.

Durante o período de março e abril de 2014, revistas de grande circulação e representatividade nacional publicaram reportagens especiais sobre a efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar. Com o objetivo de observar a disputa de sentidos entre os veículos de comunicação, além de verificar como a memória e os acontecimentos circundando o período de vigência do regime foram acionados, atualizados e ressignificados no presente, optou-se por analisar neste trabalho os especiais publicados pelas revistas *Brasileiros*, *Época* e *Veja*.

A principal abordagem metodológica utilizada para a investigação das reportagens foi a análise de conteúdo em jornalismo. Segundo Herscovitz (2007), a utilização de um método híbrido de análise, levando em conta tanto fatores qualitativos como quantitativos, acaba por fortalecer e ampliar a potencialidade crítica da pesquisa. Além disso, foram consideradas as particularidades metodológicas exigidas pelo estudo das narrativas, no caso específico, das narrativas jornalísticas. Fernando Resende (2011), ao tratar da narrativa como problema de

⁴ Ver "Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por 'verdade e justiça' no Brasil", de Janaína de Almeida Teles, 2010.

pesquisa, discute a importância do universo simbólico na consolidação do discurso jornalístico, ponderando sobre o poder da narrativa ao inscrever o acontecimento no tecido social:

Aos conteúdos dos acontecimentos narrados inserimos modos de dizer, inscrevendo e excluindo sujeitos, ressaltando e apagando saberes e poderes, concedendo e negando espaços e direitos. O mundo contado nos jornais, à luz da narrativa, é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida. (RESENDE, 2011, p. 134)

Carvalho (2013) sugere que, ao ser configurada por intermédio da linguagem, a narrativa engloba visões sociais do mundo e que, através dela, é possível visualizar relações de poder, tensões culturais e políticas e, principalmente, disputas de sentido – para tanto, a narrativa jornalística utiliza recursos de ordenação, hierarquização e enquadramento em sua construção. Estas especificidades foram observadas nos produtos escolhidos para análise.

O acontecimento jornalístico e a atualização da memória

O período de vigência da ditadura civil-militar representa um universo de acontecimentos *per se*, compreendendo desde eventos que culminaram no golpe de 1964 até os que delimitaram oficialmente o fim do regime. É possível definir, no entanto, o que torna apenas parte destes acontecimentos passíveis de se tornarem jornalísticos? O que diferencia as ocorrências comuns das extraordinárias, aquelas que serão visitadas com mais frequência por veículos de comunicação, e a elas serão atribuídas valorações que conduzem à veiculação pública?

Berger e Tavares (2010) demonstram que das inúmeras tipologias do acontecimento, nenhuma desconsidera o aspecto temporal. Os autores refletem que, mesmo ocorrendo em determinado tempo fixo (*chronos*), o acontecimento possui pregnância e potencialidade para voltar-se tanto ao passado como ao futuro, revelando uma natureza que, para além do tempo linear e sequencial, localiza-se no entre-lugar daquilo que foi e daquilo que ainda será (*aion*). Se o acontecimento pertence ao campo das ideias, ele é fluído e capaz de gerar significado e projeção. Nesta perspectiva, o acontecimento representaria a quebra, o rompimento com a normalidade: uma força capaz de gerar sentido através da construção das narrativas (RICOEUR, 2010).

O acontecimento, através das narrativas midiáticas, esculpe a experiência em diversas instâncias, até mesmo coletivamente. É a percepção do sujeito que molda e configura de fato o acontecimento (Lage, 2013). Ao compor uma narrativa, o acontecimento não apenas preservaria seu caráter extemporâneo, como poderia adquirir “novas qualidades e matizes condizentes com o que instaurou na experiência” (p. 235). O autor refere-se também ao caráter discursivo do acontecimento, que funciona como matéria-prima da narrativa graças à sua inerente qualidade de disrupção e transformação – ou seja, o acontecimento “não está nunca concluído nem totalmente determinado” (p. 245).

Berger e Tavares (2010) observam que, por mais que exista dissenso entre tradições no que concerne à natureza do acontecimento (seja como quebra súbita e rompedora de um estado, seja como fluxo transicional constante e mutável em si mesmo), parece haver concordância acerca do caráter extraordinário do acontecimento jornalístico; segundo os autores, alguns fatores notados na construção do acontecimento pela unidade discursiva da notícia incluem sua previsibilidade ou imprevisibilidade, repercussão pelo leitor, comunicabilidade e atualidade.

Se considerarmos que o tempo da notícia é linear e serial, ou seja, que o fato jornalístico está inserido na perspectiva de *cronos*, chegaríamos à conclusão de que os acontecimentos do regime militar não possuiriam caráter extraordinário, já que teriam ocorrido no tempo passado e, admitindo a validade deste conceito, não seriam inéditos ou atuais. Tal afirmação cai por terra quando se admite que o acontecimento pertence não a uma esfera sequencial e imóvel, em que o passado está inerte e não pode ser revisitado, mas ao plano das ideias, em que os fatos que ocorreram durante a ditadura e que foram silenciados pelas vozes dominantes vêm à tona, não apenas modificando a percepção que havia previamente sobre determinados eventos e a memória coletiva que a consolida, como reescrevendo de fato a história. Nessa concepção, os acontecimentos do período pertencem também ao presente e ao futuro, e seus desdobramentos permitem que o passado seja atualizado e transformado.

O que se percebe no material analisado é a retomada destes acontecimentos sob a perspectiva do presente: os veículos jornalísticos atualizam as ocorrências pretéritas por meio de informações obtidas na atualidade. Constata-se, desta forma, uma distinção entre acontecimento e informação, constituintes de “duas modalidades de mesma instância significativa.” (FRANÇA, 1998, p. 31), tornando-se o acontecimento o núcleo da notícia e a informação seu elemento moldador e estruturante.

Sobre esta relação, Vera França (2012) nota a importância do acontecimento na tessitura da vida social, extrapolando um universo mera e exclusivamente midiático e englobando o sistema social em toda sua complexidade ao sugerir questões e, fundamentalmente, criar possibilidades. Para além da percepção de acontecimento como força perturbadora, França observa sua qualidade reorganizadora, modificadora de quadros de sentido em diferentes níveis da

experiência. “É dessa maneira que o conceito de acontecimento se torna não apenas descritivo, mas também problematizador” (FRANÇA, 2012, p. 49)

Como nota Quéré (2012), é impossível dissociar acontecimento e memória, da mesma forma que não se separam lembrança e esquecimento. Segundo o autor, o acontecimento nos permite fazer extensões a partir do tempo presente, deslocando-se ao passado ou ao futuro – reconstruções possíveis por intermédio dos processos de rememoração. Quéré desconstrói a ideia de passado como ocorrência irrevogável e peremptória, simplesmente porque ele pertence ao universo da ideação: o passado do acontecimento pertence não ao tempo, mas ao não-tempo – afinal ele pode ser ressignificado pelo presente, que pode criar “um passado porque surge a questão de saber o que o provocou e condicionou e cria um futuro porque há interesse por suas potencialidades e suas consequências”. (QUÉRÉ, 2012, p. 27).

Valendo-se das informações recentemente apuradas pela Comissão Nacional da Verdade, as revistas retomam e atualizam os acontecimentos da ditadura militar por intermédio da memória das fontes. Os veículos jornalísticos assumem seu papel como reconstrutores do passado, e os jornalistas tornam-se tecelões da intriga. Pollak (1989) ressalta a importância da história oral na emergência de memórias submersas ao analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, opondo-se à chamada “memória oficial”. Através da valorização da fonte testemunhal, por exemplo, o jornalismo insere-se nesta disputa de sentido cuja arena simbólica é a memória impressa por uma cultura de Estado *versus* a memória clandestina que surge da “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLAK, 1989, p. 5)

No presente trabalho, procurou-se identificar as diferentes formas e graus a partir dos quais são construídas as narrativas do presente, observando-se as acepções de acontecimento e memória discutidas acima.

A configuração do acontecimento segundo as revistas brasileiras

Foram identificadas, no material analisado, diferentes formas de construção narrativa e configuração dos acontecimentos tratados pelos especiais. Seguindo orientações propostas para análise de conteúdo voltada para o estudo de narrativas, produziu-se um recorte metodológico das três reportagens tendo como base as duas principais características definidoras do conceito de narrativa segundo Paul Ricoeur (2010): tempo e intriga. A categoria "tempo" levou em consideração a construção dos especiais segundo sua contextualização histórica, o papel da memória e a escolha das fontes. Na categoria "intriga", foram analisadas a estrutura narrativa, a caracterização dos personagens da trama e a configuração dos acontecimentos nele inseridos. Os critérios de investigação estão sintetizados a seguir:

Tabela I - Tempo

	Contextualização	Papel da Memória	Escolha das Fontes
TEMPO	Construção mediada pelos veículos entre os contextos do passado e do presente.	Predominância da memória oficial em detrimento da individual e/ou coletiva e vice-versa.	Categorias de fontes consultadas (testemunhais, documentais ou especializadas) e a importância dada a elas.

Fonte: elaboração própria

Tabela II - Intriga

	Estrutura Narrativa	Caracterização dos Personagens	Configuração do Acontecimento
INTRIGA	Construção física dos especiais; de que forma eles foram divididos e no que consiste cada uma de suas partes.	Como são caracterizados os indivíduos inseridos na trama e na resolução de conflitos.	Forma de tratamento do universo de eventos relacionados aos temas abordados. Tentou-se identificar também os meios explícitos (ou ausentes) descritos pela revista para captação das informações, seja por recursos de entrevista ou fontes documentais.

Fonte: elaboração própria

É importante salientar também a distinção entre fontes e personagens nas revistas analisadas. As fontes funcionam efetivamente como narradoras do acontecimento, a partir das quais a narrativa é configurada sobre um contexto temporal (fonte documental), sobre o acontecimento vivenciado ou com base na experiência (fonte testemunhal) ou o acontecimento configurado a partir de pesquisa ou de autoridade em determinado tema (fonte especializada), enquanto as personagens são os indivíduos citados pelas fontes e pelos veículos, participantes da narrativa. Desta forma, observa-se que a fonte pode exercer papel de personagem na narrativa, e vice-versa.

A partir das tabelas desenvolvidas acima, procurou-se compreender a relação entre a emergência da memória individual e a coletiva nas narrativas jornalísticas do presente, assim como as diferentes formas e perspectivas de configuração dos acontecimentos descritos pelas revistas, levando em consideração suas estruturas e formatos divergentes.

Além de situar a discussão no âmbito do papel social e político do jornalismo, não foram ignoradas as especificidades do jornalismo de revista, especialmente enxergando a revista como instituição e o “lugar social” de seu discurso. Reges Schwaab (2013) nota as potencialidades da revista como veículo informativo elaborado e complexo, capaz de mediar discursos destoantes e conferir relevância, sendo um de seus principais atributos simbólicos a ordenação de sentido. A definição de Schwaab foi concretamente observada nos veículos analisados. O autor concorda com Borrat (1989) ao supor que o veículo jornalístico é um ator político; no caso específico do meio, Schwaab diz que “toda revista é alguém que fala a alguém, um agente sempre em relação, cuja razão de ser é seu leitor” (p. 59).

Schwaab enxerga uma relação intrínseca entre a materialização do discurso da revista e os efeitos e processos produzidos por formações sociais e organizacionais. Assim, o autor evidencia a revista como produto de uma indústria que não se vale

apenas da informação por si só, mas que segue e depende de valores institucionais e editoriais para produzir certa identificação entre “aquele que diz” e “aquele que escuta”. O texto jornalístico de revista, observa o autor, aproveita-se de uma confiabilidade e de uma atribuição de “verdade” oferecida a seus leitores, conferindo a seu discurso um “selo de confiança” advindo da aceitação da revista como instituição em confluência mercadológica. Há um esforço para “mostrar o ‘valor’ de sustentação de seu jornalismo como enunciador legítimo. Ao mesmo tempo, mobiliza uma memória em torno da identidade do discurso jornalístico, do fazer isento que resulta na ‘verdade’ sobre os fatos”. (SCHWAAB, 2013, p. 69).

A partir destas reflexões, pretende-se identificar elementos de atualização e ressignificação do passado recente pelas mãos dos veículos jornalísticos que, inseridos no meio social, não estão isentos de sua ação política.

Brasileiros: “50 anos do golpe de 64”

A revista *Brasileiros* publicou seu especial, “50 anos do golpe de 64”, na edição 80 de março de 2014. Diferentemente dos outros materiais analisados, o especial trocou a abordagem jornalística tradicional (formato de reportagem) pela criação de uma narrativa histórica que surge a partir dos relatos de personagens que vivenciaram o período ditatorial – para isso, a revista utiliza basicamente o perfil e a entrevista como instrumentos estruturantes do contexto e da narrativa – partindo da perspectiva de vítimas, agentes e estudiosos da ditadura militar.

A memória individual adquire caráter fundamental e estruturante no especial. A revista dá voz a personagens com diferentes lembranças e perspectivas do que foi a ditadura e de qual foi a sua herança para o Brasil moderno. Ao recontar a História através dos personagens – e não o contrário – o especial desenvolve uma narrativa não usual ao demonstrar um contraste entre as versões de vítimas e agentes de um

mesmo acontecimento. A revista assume, desta forma, o papel de colaboradora no processo que Pollak (1989) chama de revisão crítica do passado, em que a hegemonia do passado é dominada por uma memória oficial que não admite diferentes versões.

As fontes escolhidas pela *Brasileiros* são, em sua ampla maioria, pessoas que vivenciaram o regime ditatorial, especialmente as que tinham quaisquer laços com os personagens perfilados. O especial utiliza as perspectivas de vítimas e agentes da ditadura, consultando fontes especializadas em História e Política eventualmente.

O especial estrutura-se em cinco partes, consistindo a primeira em um perfil do jornalista Câmara Ferreira, a segunda em uma entrevista com o delegado Carlos Alberto Augusto e a terceira de um artigo escrito pelo historiador Marcos Napolitano. A quarta e quinta partes consistem nos perfis do capitão Sérgio Carvalho e do editor Eduardo Holanda, respectivamente. A estrutura narrativa do especial não é montada seguindo uma ordem cronológica mas estabelece um fio condutor através das histórias dos personagens que se propõe a explorar.

Ao estruturar-se essencialmente sobre os formatos de perfil e entrevista, o especial centraliza os personagens e coloca seus relatos no núcleo da narrativa. A revista evita fazer comentários próprios em demasia e permite que as perspectivas das fontes desenrolem-se sem muitas interferências. Ao invés de caracterizar os personagens dos quais fala, a revista conduz a narrativa de modo que as próprias fontes o façam – em determinado ponto, por exemplo, o coronel Brillhante Ustra é caracterizado como “monstro” por uma das fontes e como “herói nacional” por outra.

O embate entre as visões dos oprimidos e dos opressores é explicitada e explorada com fluidez no especial. Como citado anteriormente, ao invés de estabelecer um fio narrativo de ordem cronológica em que seriam tratados os principais acontecimentos da ditadura com superficialidade, a revista foca nos personagens e nas memórias individuais das fontes para explicar a fundo

acontecimentos específicos do período, sempre centrados em uma ou mais figuras que servem de núcleo para a exposição dos argumentos da revista. Os recursos de captação das informações foram entrevista e consulta a documentos da época, demonstrando com mais transparência a angulação sobre a qual o especial foi erigido.

A estratégia narrativa engendrada pela revista tensiona o passado ao explicitar as relações conflituosas que essas histórias configuram, deixando algumas questões em aberto, sem uma produção de sentidos unívoca, fechada. Ao trabalhar com o contraditório, inscreve uma prática discursiva mais plural no campo da comunicação.

Época: "1964, o ano que não terminou"

O especial "1964, o ano que não terminou" foi publicado na edição 826 da revista *Época*. A reportagem divide-se em quatro partes: na primeira, o especial brevemente compara o contexto político e social dos anos de vigência da ditadura ao tempo presente. A segunda parte trata especificamente dos acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar, enquanto a terceira contextualiza os acontecimentos do passado e sua reflexão no futuro. A quarta e última parte procura atingir caráter atemporal ao comparar o passado e o presente numa tentativa de prever o "futuro da democracia" – demonstrando a natureza ideal do acontecimento prevista por Berger e Tavares (2010), que permite a retomada do tempo passado e sua projeção no futuro.

Com exceção de sua terceira parte, em que a reportagem exibe uma entrevista com uma vítima da ditadura, a revista não dá enfoque à memória individual, seja de agentes ou vítimas do regime. Ao invés disso, o especial agenda e enquadra questões de cunho mais geralista, que julgou mais relevantes ao contexto atual. Há

uma preferência por explicar os acontecimentos pela ótica de especialistas, o que indica uma tentativa de demonstrar objetividade.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. (POLLAK, 1989, p. 11)

A reportagem da *Época* conta, em sua maioria, com fontes especializadas na área de História e Política, eventualmente utilizando declarações secundárias de agentes e vítimas da ditadura militar. As fontes aqui adquirem papel centralizador, pois são utilizadas na narrativa para explicar os fatos levantados pela revista com o mínimo de dúvidas possíveis. Comumente ao longo da reportagem, uma mesma fonte é utilizada para “solucionar” diferentes conflitos e acontecimentos através de uma mesma perspectiva.

A abertura do especial consiste de uma matéria introdutória. Na segunda parte, intitulada “13 questões sobre a ditadura no Brasil”, a revista seleciona perguntas que julga fundamentais para a compreensão dos acontecimentos, propondo-se a respondê-las segundo as fontes selecionadas. A terceira parte compõe uma entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis. A última parte do especial é composta por uma matéria, intitulada “A recessão democrática”, em que a ditadura brasileira é comparada com a de outros países e a revista questiona, inicialmente, o estado atual dos regimes democráticos:

A democracia está numa encruzilhada. (...) o anseio por democracia inflama multidões, que tomam ruas e praças e derrubam regimes impopulares. As velhas ordens são substituídas por democracias populares, que metem os pés pelas mãos e enfrentam graves crises econômicas ou de legitimidade. (*ÉPOCA*, pg. 80)

O especial tende a apresentar os personagens dos conflitos que se propõe a explicar de forma essencialmente antagônica, sem declarar escancaradamente quem seriam os “heróis” e quem seriam os “vilões”. Para alcançar tal efeito, a revista cria alcunhas para os personagens, de modo que eles pudessem ser caracterizados simplistamente por suas ações históricas: João Goulart torna-se o “dúbio”, Henning Boilesen o “mecenas da tortura”, Pedro Manhães o “algoz”, José Genoíno o “sobrevivente”, Gomes Fernandes o “militar e vítima”. A revista atribui valores a personagens na tentativa de explicar fatos não solucionados, como ao sugerir que a morte de Jango provavelmente não seria envenenamento pois o presidente seria cardíaco e teria péssimos hábitos alimentares.

A reportagem retoma os acontecimentos do período ditatorial de forma superficial, normalmente discorrendo sobre cada acontecimento na extensão de meia ou uma página. Em sua parte fundamental, “13 questões sobre a ditadura no Brasil”, os conflitos são estruturados através da ação política dos personagens, seguidos por opiniões de especialistas e, por diversas vezes, apontamentos feitos pela própria revista em que ela comenta o acontecimento sob sua própria perspectiva. Os recursos de captação das informações não ficam explícitos; no entanto, observa-se o predomínio de fontes especializadas, o que indica a realização de entrevistas.

A identificação das fontes, entretanto, não apaga o caráter reducionista das respostas dadas pela publicação, que aprisiona a história em alguns quadros de sentidos bem fechados, sem espaço para indagações ou histórias irreduzíveis. “O recorte que a linguagem opera sobre o real, pela própria definição de recorte, deixa um resto – resto de gozo, resto de pulsão – sempre por simbolizar”. (KEHL, 2010, p. 126). Esse “resto” não aparece nas páginas desse especial.

A reportagem termina com uma visão bem otimista acerca do futuro da democracia: “por mais fragilizada que possa estar, a democracia é o único regime

livre o suficiente para se recuperar de crises de forma satisfatória (...) Paz e prosperidade, apenas a democracia pode oferecer". (*ÉPOCA*, p. 82)

Veja: "50 anos depois"

"50 anos depois" foi o título escolhido para o especial publicado pela *Veja* em sua edição de número 2366, impressa em março de 2014. Em suas três partes, o especial alterna perspectivas entre acontecimentos do passado e reflexões no presente. Por diversas vezes, a revista faz suposições sobre o que teria sucedido caso determinado acontecimento tivesse tido um desfecho diferente, e utiliza destas projeções para impor uma visão de verdade. Ao final do especial, por exemplo, a revista chega a sugerir que o regime militar poderia ter funcionado não fosse o fato de ter optado por "implantar o terrorismo de Estado para combater o terrorismo de esquerda" (p. 105), através de atos que "apodreceram o regime moralmente" (*idem*).

O especial faz uso de recursos mnemônicos predominantemente individuais ao tratar dos personagens e utiliza seus relatos para corroborar os fatos dos quais trata. Em sua introdução e em sua conclusão, a reportagem abandona esse instrumento e molda a memória coletiva para alcançar seu objetivo final: afirmar que o ideal de "revolução" foi deturpado pela corrupção e pela tortura, e que as Forças Armadas, como "instituição baseada na ética, na honra e na lealdade" precisariam reconhecer os erros cometidos no passado.

Predomina o uso de citações e falas dos personagens – assim, a revista desenvolve recurso narrativo que transforma o personagem em fonte, criando uma ideia de autenticidade e aproximação com o acontecimento. No entanto, as lacunas deixadas por essas afirmações são preenchidas por informações cujas origens não são identificadas – raramente a revista cita qualquer especialista para justificar seus

posicionamentos e suas visões sobre o acontecimento. Dentre as falas dos personagens, abundam as de militares e agentes da ditadura. É importante salientar que vítimas e familiares de vítimas do regime não são consultados como fontes em momento algum.

O especial “50 anos depois” tem formato de reportagem, dividindo-se em três partes: uma breve introdução, um desenvolvimento subdividido em “capítulos” (intitulados de acordo com os personagens) e uma também breve conclusão.

A reportagem tenta seguir uma linha cronológica, mas sem explicar os acontecimentos que se sucederam sequencialmente – ao invés disso, explica a história através dos personagens centrais de acontecimentos não necessariamente relacionados: cada “capítulo” de seu desenvolvimento é escrito de forma a retratar as ações determinantes de indivíduos envolvidos nos acontecimentos da época, desde Ernesto Geisel e João Goulart até a esposa de Juscelino Kubistchek e Brigitte Bardot. A revista não fornece informações o suficiente em cada parte, de modo que não chega a construir perfis para os personagens dos quais trata.

Em um primeiro momento, a reportagem parece tratar dos acontecimentos de maneira “neutra”, pela perspectiva dos personagens. No entanto, por diversas vezes, a revista faz uma distinção entre os fatos segundo uma suposta “historiografia voltada à esquerda” *versus* uma “historiografia real”, demonstrando seu posicionamento político e revelando as nuances de sua angulação. Em sua extensão de 48 páginas, a palavra “tortura” aparece apenas 5 vezes e “censura” 2 vezes. O termo esquerda aparece o mesmo número de vezes que a palavra “revolução”: 21 vezes, frequentemente associado às palavras “terrorismo”, “armada”, “historiografia” e “ruptura institucional”, enquanto o termo “direita” surge apenas 3 vezes. Os recursos de captação das informações não ficam explícitos e, não sendo citadas fontes documentais, é impossível conhecer a origem e as bases para os fatos descritos pela revista como históricos.

Nota-se que os personagens escolhidos para “contar” esses acontecimentos aparecem como testemunhos autorizados pela revista no sentido de chancelar a perspectiva adotada pela história oficial. Como nos alerta Michael Pollak, o dizível e o indizível encontram-se separados por “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”. (1989, p. 6)

Considerações Finais

Identificou-se nos três especiais analisados a importância da memória para a construção da narrativa jornalística, seja de um ponto de vista oficial, em que é considerada a carga histórica trazida pelas fontes documentais, ou de uma perspectiva individual, sendo reconhecida a potencialidade mnemônica das fontes testemunhais. Como notado por Maia e Lelo (2015), o jornalismo está intrinsecamente conectado ao link experiência-memória-política, e sua função na configuração de realidades possíveis por intermédio da exploração do acontecimento não pode ser ignorada. As três revistas estudadas enquadraram a memória de diferentes formas, centralizando a mídia no embate de sentidos que envolvem os ainda obscuros acontecimentos da ditadura militar.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.” (POLLAK, 1989, p. 10)

Notou-se também nos especiais da *Veja* e da *Época* uma tentativa de explicar os acontecimentos, conferindo-lhes sentido na tentativa de atribuir-lhes início, meio

e fim. Tais resultados dizem muito sobre a natureza do jornalismo como exercício ordenador, e da tendência dos veículos jornalísticos de construir verdades através da delimitação e do cerceamento dos acontecimentos.

Ao menos estas duas revistas analisadas evidenciam, em suas páginas, um enquadramento da memória em sentido único, com a inexistência de espaço para vozes que até então se encontravam inaudíveis no interior da sociedade. Vale registrar que o advento da Comissão Nacional da Verdade, CNV, em especial, contribuiu para a manifestação de indivíduos que estavam aliçados das narrativas da ditadura, entretanto, ao menos nessas duas revistas, não houve reverberação das novas falas que emergem nesse período de justiça de transição.

Esta característica assertiva do jornalismo, no entanto, vai de encontro à essência infinita, mutável e fluída do acontecimento. Como observa Lage (2013), o acontecimento nunca é terminantemente concluído – no entanto, “as narrativas jornalísticas se veem a todo momento confrontadas com essa imperiosa necessidade de inserir os acontecimentos numa história causal que dê conta de explicá-los, num gesto pretensamente objetivo” (p. 239).

A revista *Brasileiros* segue outra perspectiva ao evidenciar que há uma disputa em jogo. A memória do período segue sendo tecida na medida em que até o delegado Carlos Alberto Augusto (conhecido popularmente como “Carteira Preta”), que atuou com o torturador Sérgio Paranhos Fleury no Dops de São Paulo, é convocado a falar sobre a época, o que garante, para o jornalismo, um lugar de observação do mundo em movimento. A própria revista assume, na apresentação do especial, a existência de “visões múltiplas” sobre o período. Esse olhar mais ampliado para o real não apaga as marcas da revista que convoca o historiador Marcos Napolitano, que assume o lugar de fonte especializada, para apresentar sua visão sobre o significado e o desdobramento do Golpe, o que, de alguma maneira, avaliza certo olhar da revista sobre o acontecimento.

Como demonstrado, os acontecimentos da ditadura são ainda reverberados e retomados pelo jornalismo, mesmo que sob diferentes óticas e perspectivas. A recuperação destes temas na atualidade demonstra a importância e a capacidade do jornalismo de atualizar e reconstituir acontecimentos, além de demonstrar seu papel na consolidação e reassunção da memória, impedindo mesmo em suas inúmeras tentativas de ordenação de sentido que o acontecimento seja totalmente finito, já que como afirma Ricoeur (2010), quaisquer narrativas serão ressignificadas mediante interpretações diversas, propiciando o surgimento de novas narrativas que retomarão, da mesma forma, os acontecimentos que as originaram.

Referências

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, p. 121-142, 2010.

BORRAT, Hector. El periódico, actor de conflitos. In: BORRAT, Héctor. **El periódico, actor político**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.

BRASILEIROS. Edição 80, São Paulo, março de 2014, pp. 77-105.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 53.

ÉPOCA. Edição 826, São Paulo, 31 de março de 2014, pp. 60-82.

FRANÇA, Vera V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 1998.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 39-51, 2012.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, nº 1, Janeiro-Abril. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2016v2n1p230>

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KEHL, Maria Rita Tortura e sintoma social. In: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132.

LAGE, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo, Intermeios, 2013.

MAIA, Marta R.; LELO, Thales V. The potential for criticism in journalistic narratives about the dictatorial period in Brazil. **Brazilian Journalism Research** - Volume 1, Number 1, 2015, p. 122-139.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 21-38, 2012.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador/EDUFBA, Brasília/Compós, p. 120-134, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. 1ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013, v. p. 58-77.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil In: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.

VEJA. Edição 2366, 26 de março de 2014, pp. 57-105.